



**MINISTÉRIO
PÚBLICO DA
PARAÍBA**

Comitê de Tecnologia da Informação

**ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Aos onze (11) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dez (2010), às quatorze horas, no Auditório Edigardo Ferreira Soares, reuniu-se ordinariamente o **Comitê de Tecnologia da Informação**, instituído pela **Instrução Normativa GPGJ nº 003/2007**, de 1º de outubro de 2007, com a composição constante da **PORTARIA Nº 1909/09**, publicada no Diário da Justiça de 13.11.2009. Presentes o **Procurador de Justiça Dr. Alcides Orlando de Moura Jansen** – Subcoordenador do Comitê, o **Promotor de Justiça Dr. Alexandre César F. Teixeira**-Assessor Técnico, o **Promotor-Corregedor Dr. Jonas Abrantes Gadelha**, a Diretora de Planejamento **Drª. Maria Aparecida Peixoto Wanderley** - Secretária do Comitê, a Diretora de Tecnologia da Informação **Roberta Pereira Cabral**, o Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede **Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis**, o Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas **Jefferson Ferreira Barbosa** e o Assessor de Informática **Daniel Cavalcanti Lins Falcão**. Anotada a ausência, em razão de férias, do **Dr. Valério Bronzeado**, bem como a do **Dr. Bertrand Asfora**, que no mesmo horário participava de reunião com a empresa OI. A reunião foi aberta pelo Subcoordenador do Comitê – Procurador de Justiça Dr. Alcides Jansen que iniciou invocando a proteção divina e informou que o Procurador-Geral de Justiça iria se atrasar em função de compromisso urgente, do qual não poderia se eximir. Passou, então, ao primeiro ponto da sua lista de assuntos, que tratou do estágio remunerado, regulamentado pelo **Ato Administrativo nº 211/09** do Procurador-Geral de Justiça. Comunicou que o CEAJ fizera um estudo, levantando as necessidades básicas para que se pudesse destinar as vagas correspondentes, tudo com base na **Resolução 42/09 do Conselho Nacional do Ministério Público**, que determina em seu Artigo 11 o quantitativo máximo de estagiários em todos os MP's – podendo chegar ao dobro do total de membros para a área jurídica e trinta por cento do total de servidores para a área administrativa; nesse sentido, informou que o Conselho Superior do Ministério Público estabeleceu em cento e trinta (130), as vagas para área fim e em trinta (30) as da área meio, ressaltando que dessas trinta, um terço fora destinada para o setor de Tecnologia da Informação, sendo dez vagas para João Pessoa e quatro para Campina Grande, num total de quatorze (14) vagas para a área de TI. Ainda com a palavra, Dr. Alcides Jansen justificou a quantidade de vagas reservadas para o município de Campina Grande, pela excelência dos estudos e serviços lá desenvolvidos e afirmou, ainda, que o mais tardar em fins de março, essa força de trabalho deverá estar na Instituição, suprimindo algumas dificuldades de pessoal. Prosseguindo, Dr. Alcides questionou a equipe de informática sobre o ofício que ficou de ser enviado aos Membros com informações sobre o novo e-mail institucional (ZIMBRA), contendo a senha provisória aos que dela não dispõem com instruções para eventual alteração. Lembrou do treinamento que estava a cargo de Dr. Bertrand agendar, e por isso pediu que o assunto fosse submetido ao Secretário-Geral. Perguntou ao Técnico Daniel sobre a unificação das senhas, tendo este explicado que ainda será preciso concluir o trabalho sobre o RAF para proceder a unificação das senhas e que isso será feito em breve. A Diretora Roberta pediu a palavra e comunicou que a correspondência a respeito do novo e-mail institucional foi encaminhada à Secretária-Geral, afirmando que se informará sobre o andamento. Dr. Alcides salientou a importância de se instituir o uso do Zimbra, por ser uma

ferramenta que facilita a comunicação e agiliza o trabalho. Complementando, o Técnico Uirá disse que o Zimbra pode ser acessado pelo celular, para visualização de e-mail. Dentro do assunto, Dr. Alcides referiu-se aos integrantes do Tribunal de Justiça que recebem mensagens em seus celulares, contendo comunicados de interesse do trabalho, tornando mais fácil agendar uma reunião, fazer um lembrete, etc. O Técnico Jefferson afirmou que isso é viável e ficou encarregado de elaborar um projeto. O Chefe Uirá se responsabilizou por obter informações do Tribunal de Justiça sobre o sistema utilizado. De sua parte, o Dr. Alexandre César lembrou que até as Portarias de Substituição também podem ser enviadas por serviço de mensagem. Em seguida, Dr. Alcides passou para o outro tópico - o mapa das promotorias e cedeu a palavra ao Chefe de Departamento Jefferson para tratar do assunto; este informou que a saída do funcionário que fazia a alimentação dos dados, vem impedindo a finalização do trabalho; ainda sobre o tema, a Diretora Roberta enfatizou que a ferramenta de consulta do mapa encontra-se finalizada, apenas sendo implementadas mais algumas buscas, e solicitou ao Dr. Alcides que informasse a situação ao Procurador-Geral para que fosse determinado um novo servidor da Diretoria Administrativa a fim de que pudesse ser realizado o trabalho, sugerindo o nome do servidor César. Dr. Alcides orientou no sentido de ser feito um ofício para o Procurador-Geral, solicitando providências urgentes para sanar o problema e o Dr. Alexandre César enfatizou a relevância de se ter o mapa atualizado diariamente, como forma de orientação para os Promotores de Justiça sempre que chegarem às Comarcas onde exercerão suas atividades. Nessa ocasião, Dr. Alcides fez um comentário sobre a Tecnologia da Informação no Ministério Público do Rio Grande do Norte, afirmando que encontrou grandes avanços em muitos setores, mas no campo tecnológico, o MPPB encontra-se mais à frente. Decidiu-se que o Mapa das Promotorias será apresentado no dia 08/02/2010, data agendada para a próxima reunião. Partindo para o próximo ponto, indagou o Subcoordenador a respeito da ferramenta Magister, e a Diretora Roberta disse que em razão do trâmite demorado do processo, as certidões contidas no mesmo perderam a validade, sendo necessário o envio de novas certidões por parte da empresa Magister para implantar a ferramenta, o que já foi solicitado. Quanto à inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público, esperada para fevereiro ou março, Dr. Alcides perguntou se havia sido verificado algum item do Manual e Uirá respondeu que após análise daqueles, verificou-se que alguns já são atendidos, outros estão sendo providenciados, entretanto há exigências que não têm como serem cumpridas de imediato, em função do curto espaço de tempo; disse que para a elaboração do Plano Diretor, por exemplo, será necessário que sejam feitos contatos para se firmar convênio com uma consultoria para implantação. A Diretora Roberta se comprometeu em tratar desse assunto, dando início a pesquisa de empresas que prestam este tipo de consultoria. Em relação aos contatos com o Tribunal de Justiça, Jefferson falou que vão sendo mantidos, mas ainda não foi feito o convênio. Em relação ao controle de tramitação dos processos Dr. Alcides apontou a necessidade de se modificar a consulta processual, que é muito confusa. Pedindo a palavra, Dr. Jonas procurou saber sobre a expansão do Arquimedes para as Promotorias e Jefferson colocou a dificuldade de pessoal para fazer isso no momento; a respeito desse questionamento do Promotor Corregedor, o técnico Daniel informou que na CAIMP, CCIAIFF e demais Diretorias, já foi feita a implantação do Arquimedes. No ponto, Dr. Alcides registrou que aqui, no MPPB, o Arquimedes está funcionando melhor do que no MPPE, mas afirmou também que o sistema definitivo deverá, na sua visão, ser o indicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, uniformizando um sistema para todo o país. Disse, ainda, que deve ser um sistema aberto que possua plena interoperabilidade. Na sequência, Dr. Alcides levantou a questão da implantação da rede e o Chefe Uirá informou que 66 (sessenta e seis) órgãos já estão ativos na Rede do MPPB e que restam 08 (oito) Promotorias (Coremas, Juazeirinho, Sumé, Uiraúna, Bonito de Santa Fé, Fórum Cível, Serra Branca e São João do Rio do Peixe) para adequação de infraestrutura, e 09 (nove) (Serraria, Areia, Alagoinha, Pilões, Pedras de Fogo, Umbuzeiro, Esperança, Água Branca e Cabaceiras) com pendências da concessionária OI. Dando continuidade à reunião, Dr. Alcides retomou a questão da reciclagem de cartuchos. A Diretora Roberta informou que tem feito pesquisa sobre a viabilidade de montar um laboratório próprio de reciclagem de cartuchos e toner nas

dependências da Instituição, mas que em razão do orçamento de 2009 já se encontrar comprometido, este projeto ficou pendente aguardando melhor oportunidade para dar seguimento. Perguntou, ainda, sobre os *switchs*, ao que lhe foi informado pela Diretora Roberta que foi feita a licitação e o prazo limite de entrega dos equipamentos ficou definido no contrato para 02 de fevereiro. A Diretora da DITEC acrescentou, também, que houve licitação para a certificação digital, mas nenhuma empresa concorreu, e que a sugestão seria abrir uma nova licitação, desta vez por meio de pregão eletrônico para todo o país. Com a palavra, Dr. Alexandre César sugeriu que os estagiários, cujos contratos sejam para a área de tecnologia, passem por treinamento na utilização de equipamentos e ferramentas disponibilizadas no Ministério Público. Levantou uma preocupação referente ao acesso aos Atos, Normas e Leis que dizem respeito à Instituição, afirmando a necessidade de serem postos na página da Internet. O Assessor Daniel comunicou que para fazer isso, há que se compilar toda documentação para que seja disponibilizada em local certo, ficando o ponto de ser analisado posteriormente. Abordando o assunto Concurso de Promotores, Dr. Alcides indagou sobre o andamento do certame e qual seria o envolvimento do setor de informática neste assunto. A Diretora Roberta informou que participou de uma reunião inicial com o Procurador de Justiça Dr. Marcos Navarro e com o Secretário-Geral, e ficou decidido que seriam levantados os custos para a contratação por meio de licitação de empresa que assumiria toda a parte de inscrição com a migração do banco de dados, contendo os candidatos já inscritos, sinalização, impressão das provas e correção com utilização de leitora ótica; tudo isso porque a DITEC não dispõe de equipamento, nem pessoal, para assumir integralmente tal tarefa. Nesse momento, o Procurador-Geral de Justiça e Coordenador do Comitê, se fez presente na reunião, pedindo a todos para ouvir a apresentação de uma ferramenta, trazida através do servidor Gustavo Porto, responsável pelo setor de arquivo do MPPB. Esclareceu que se trata de um programa de digitalização que tem por objetivo a otimização dos serviços, na linha de extinção de papéis, com o fim de se proceder uma análise da sua adequação à realidade institucional atual. O responsável pela empresa *V/S Datta Imagem*, Dr. Válber Azevedo Bastos, fez a exposição do produto LASERFISHER, explicando tratar-se de uma tecnologia de gestão documental e autenticação digital, além do acesso à banco de dados, assegurando menor custo-benefício para a as Instituições em geral. Concluída a apresentação, a empresa assumiu o compromisso de encaminhar proposta comercial que será examinada e avaliada pela Instituição nos seus diversos aspectos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Procurador-Geral deu por encerrados os trabalhos, e Eu, Maria Aparecida Peixoto Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata, que assino com os demais membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba.

Em João Pessoa, aos 11 de janeiro de 2010.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Procurador-Geral de Justiça
Coordenador do Comitê

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça- Subcoordenador

Jonas Abrantes Gadelha
Promotor-Corregedor

Alexandre César F. Teixeira
Promotor de Justiça

Maria Aparecida Peixoto Wanderley
Diretora de Planejamento-Secretária do COMTI

Roberta Pereira Cabral
Diretora de Tecnologia da Informação

Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis
Chefe de Deptº. de Suporte Técnico e de Rede

Jefferson Ferreira Barbosa
Chefe de Deptº. de Desenvolvimento de Sistemas

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática